

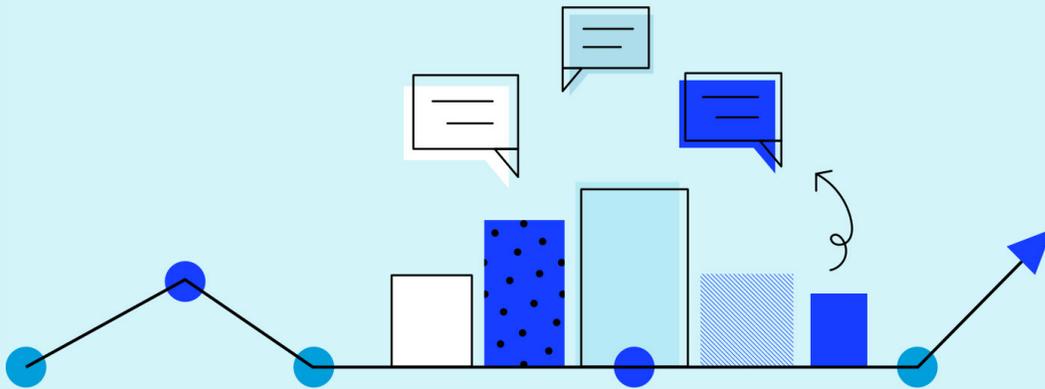
Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação

Recomendações para Ação de Múltiplas
Partes Interessadas

Sumário

O ECOSISTEMA DE INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL	3
Integridade da Informação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	4
Rumo aos Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação	5
PRINCÍPIOS GLOBAIS DA ONU PARA A INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO	7
Confiança e resiliência social	8
Incentivos saudáveis	10
Capacitação pública	12
Mídia independente, livre e plural	14
Transparência e pesquisa	16
CHAMADAS PARA AÇÃO	18
Empresas de tecnologia	19
Atores da Inteligência Artificial (IA)	25
Anunciantes	27
Outros atores do setor privado	29
Mídia de notícias	30
Pesquisadores e sociedade civil	32
Estados	34
As Nações Unidas	38
PRÓXIMOS PASSOS	40
APÊNDICE	41

O ecossistema de informação na era digital



Em poucas décadas, os avanços tecnológicos revolucionaram as comunicações, ligando indivíduos e comunidades numa escala anteriormente impensável e apresentando oportunidades incomparáveis para a difusão do conhecimento, o enriquecimento cultural e o desenvolvimento sustentável. De muitas maneiras, eles aumentaram ambições para a integridade do ecossistema de informação – onde a liberdade de expressão é plenamente desfrutada e onde informações precisas e confiáveis, livres de discriminação e ódio, estão disponíveis para todos em um ambiente de informação aberto, inclusivo, seguro e protegido.

Embora esses avanços tenham permitido a disseminação em massa de informação, também facilitaram a propagação de informação falsa, desinformação e discurso de ódio por muitos tipos de atores num volume, velocidade e viralidade historicamente sem precedentes, colocando em risco a integridade do ecossistema de informação. Esses riscos abrangem uma série de ameaças atuais, emergentes e futuras em meio a avanços nas tecnologias de inteligência artificial.

Essa erosão da integridade dos espaços de informação pode minar a capacidade das pessoas de exercerem os direitos humanos e pode dificultar os esforços para alcançar a paz, a prosperidade e um futuro habitável em nosso planeta. Dessa forma, a tarefa de reforçar a integridade da informação é um dos desafios mais urgentes do nosso tempo.

A integridade da informação implica um espaço de informação pluralista que defenda os direitos humanos, sociedades pacíficas e um futuro sustentável. Inclui a promessa de uma era digital que promova a confiança, o conhecimento e a escolha individual para todas as pessoas.

A promoção da integridade da informação envolve capacitar as pessoas para exercerem o seu direito de procurar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos e de terem opiniões sem que haja interferência. Em um ambiente de informação digital cada vez mais complexo, isso significa permitir que os indivíduos naveguem em espaços de informação com segurança, privacidade e liberdade.

Integridade da Informação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

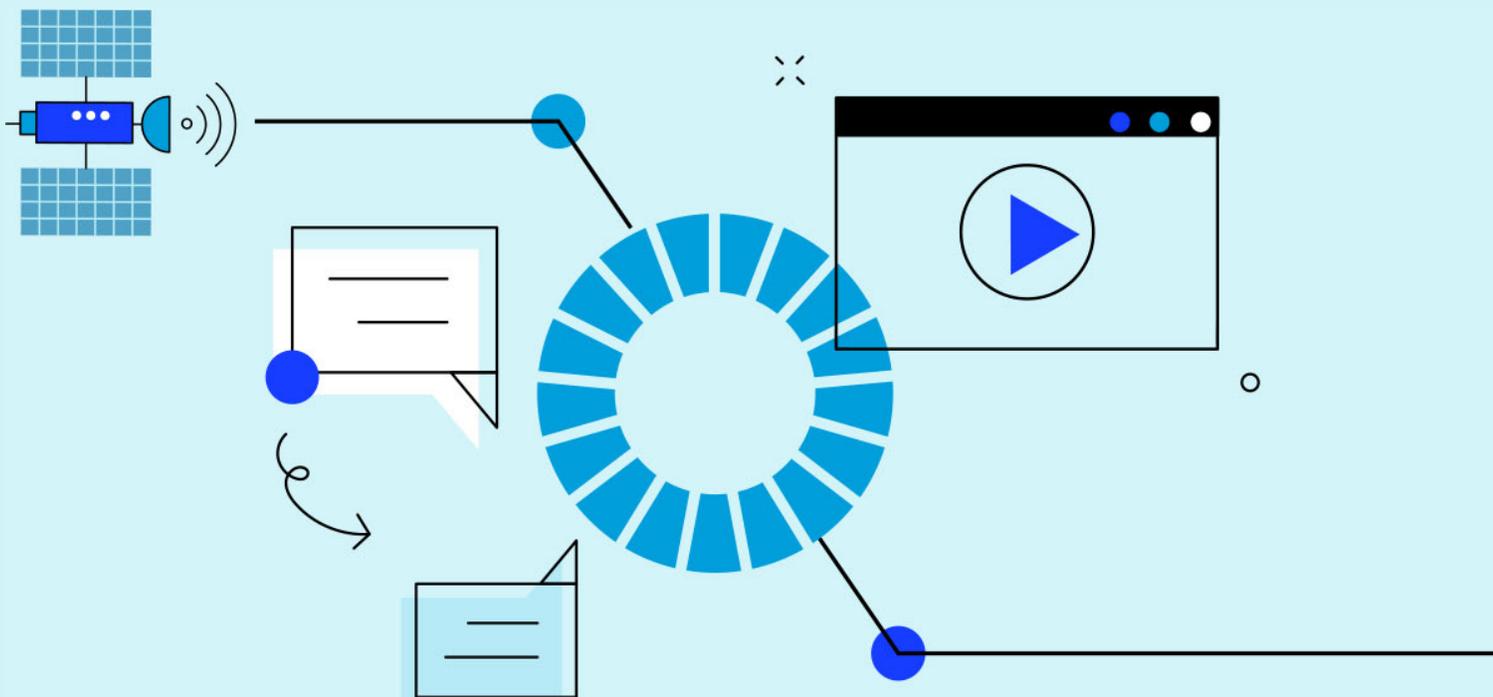
Os esforços para reforçar a integridade da informação são cruciais para preservar e avançar ainda mais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A erosão da integridade do ecossistema de informação pode agravar as vulnerabilidades existentes no alcance dos Objetivos, em particular para os países do hemisfério sul.

Grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização são afetados de forma desproporcional. A participação de um maior número de mulheres na força de trabalho mundial, por exemplo, é vital para alcançar os Objetivos. No entanto, para além das leis e políticas discriminatórias que existem em muitos países, o discurso de ódio baseado em gênero, a desinformação e a violência são utilizados para subjugar sistematicamente as mulheres, silenciando-as e expulsando-as da esfera pública. Isso pode ter consequências devastadoras e duradouras para a participação das mulheres, suprimindo suas vozes e alimentando a autocensura, causando danos profissionais e à reputação e comprometendo o

progresso na igualdade de gênero que foi duramente conquistado.

Os esforços para explorar o espaço de informação para minar a ação climática realçam ainda mais a urgência do desafio. Campanhas coordenadas de desinformação, muitas vezes impulsionadas por interesses comerciais, procuram negar ou semear dúvidas em relação à base cientificamente acordada sobre as mudanças climáticas induzidas pelo homem, as suas causas ou impactos, a fim de atrasar ou inviabilizar a ação para atingir os objetivos climáticos. Figuras públicas – ativistas, cientistas e radiodifusores – tornaram-se alvo de discursos de ódio, ameaças e assédio pelos seus esforços para informar e abordar a crise climática.

Em todo o espectro dos Objetivos, desde a boa saúde e a erradicação da fome até a paz, a justiça, a educação e a redução das desigualdades, as medidas para reforçar a integridade da informação impulsionarão os esforços para alcançar um futuro sustentável e não deixar ninguém para trás.



Rumo aos Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação

As Nações Unidas realizaram consultas amplas e diversas sobre a integridade da informação em todas as regiões com os seus Estados-membros, a sociedade civil, incluindo organizações lideradas por jovens, meios de comunicação social, universidades e representantes do setor privado. As partes interessadas conversaram por meio de discussões no âmbito nacional, sessões virtuais, reuniões bilaterais e de um formulário público on-line divulgado mundialmente.

Essas consultas realçaram a necessidade de recomendações unificadoras que sejam aplicáveis em todas as geografias e os contextos e que atendam às necessidades de todos os indivíduos, em particular as de grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização.

Em resposta, os Princípios Globais para a Integridade da Informação das Nações Unidas oferecem uma estrutura holística para orientar a ação multissetorial para um ecossistema de informação mais saudável. Essa estrutura consiste em cinco princípios para fortalecer a integridade da informação, cada um dos quais inclui recomendações para os principais grupos de interesse.

Os princípios são: confiança e resiliência da sociedade; mídia independente, livre e plural; transparência e pesquisa; capacitação pública; e incentivos saudáveis. Em sua essência, todos compartilham um compromisso inabalável com os direitos humanos.

Os Princípios Globais reconhecem os extensos esforços e progressos já realizados pelos Estados, pela sociedade civil, pelo setor privado e por outras partes interessadas e foram construídos a partir deles. Eles fornecem um ponto de partida unificado para proteger e promover a integridade da informação em todas as esferas da vida e em todos os idiomas e contextos, reconhecendo a

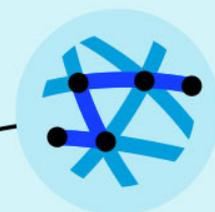
solidariedade e a amplitude globais de respostas exigidas numa escala, velocidade e intensidade sem precedentes.

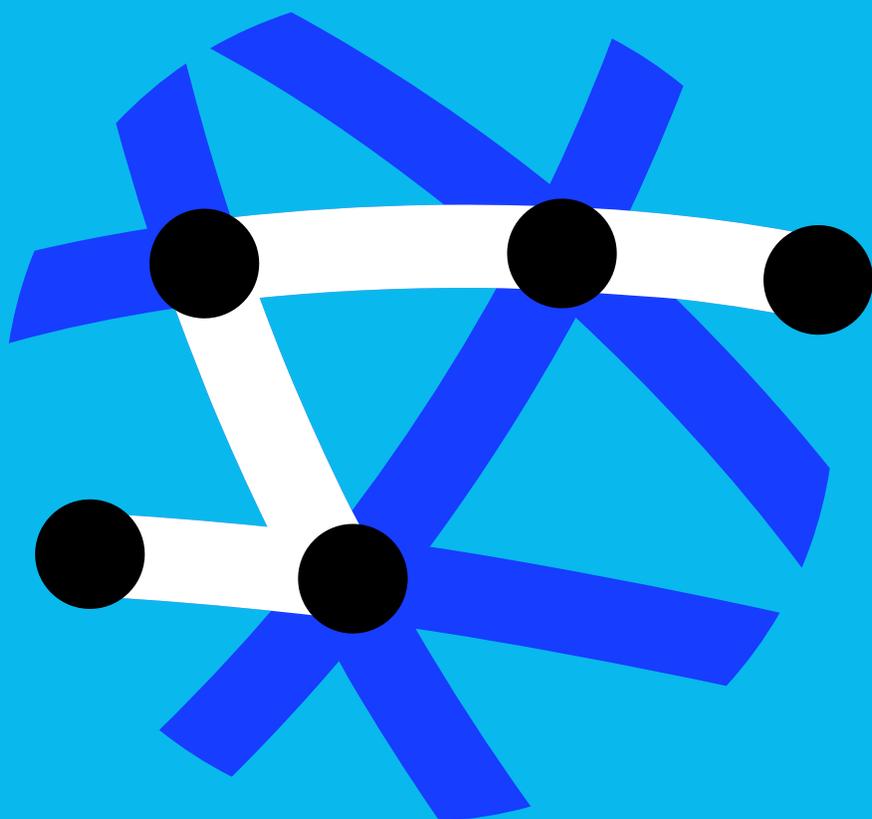
Os Princípios Globais oferecem uma oportunidade para indivíduos, entidades públicas e privadas, incluindo o sistema das Nações Unidas, governos, meios de comunicação, organizações da sociedade civil e empresas com fins lucrativos nos setores de tecnologia, publicidade e relações públicas se alinharem com os direitos e liberdades consagrados no direito internacional e formar amplas coligações para a integridade da informação.

Os Princípios Globais se baseiam nas ideias propostas na Nossa Agenda Comum e no Informe de Política 8 do secretário-geral das Nações Unidas: Integridade da Informação nas Plataformas Digitais.

Além de se basearem no direito internacional, incluindo o direito internacional dos direitos humanos, os Princípios Globais complementam os relevantes Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as Diretrizes da UNESCO para a Governança de Plataformas Digitais, o Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade, a Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial e a Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio. Os Princípios Globais oferecem um recurso para os Estados-membros das Nações Unidas nas suas considerações sobre Um Pacto para o Futuro e o Pacto Digital Global.

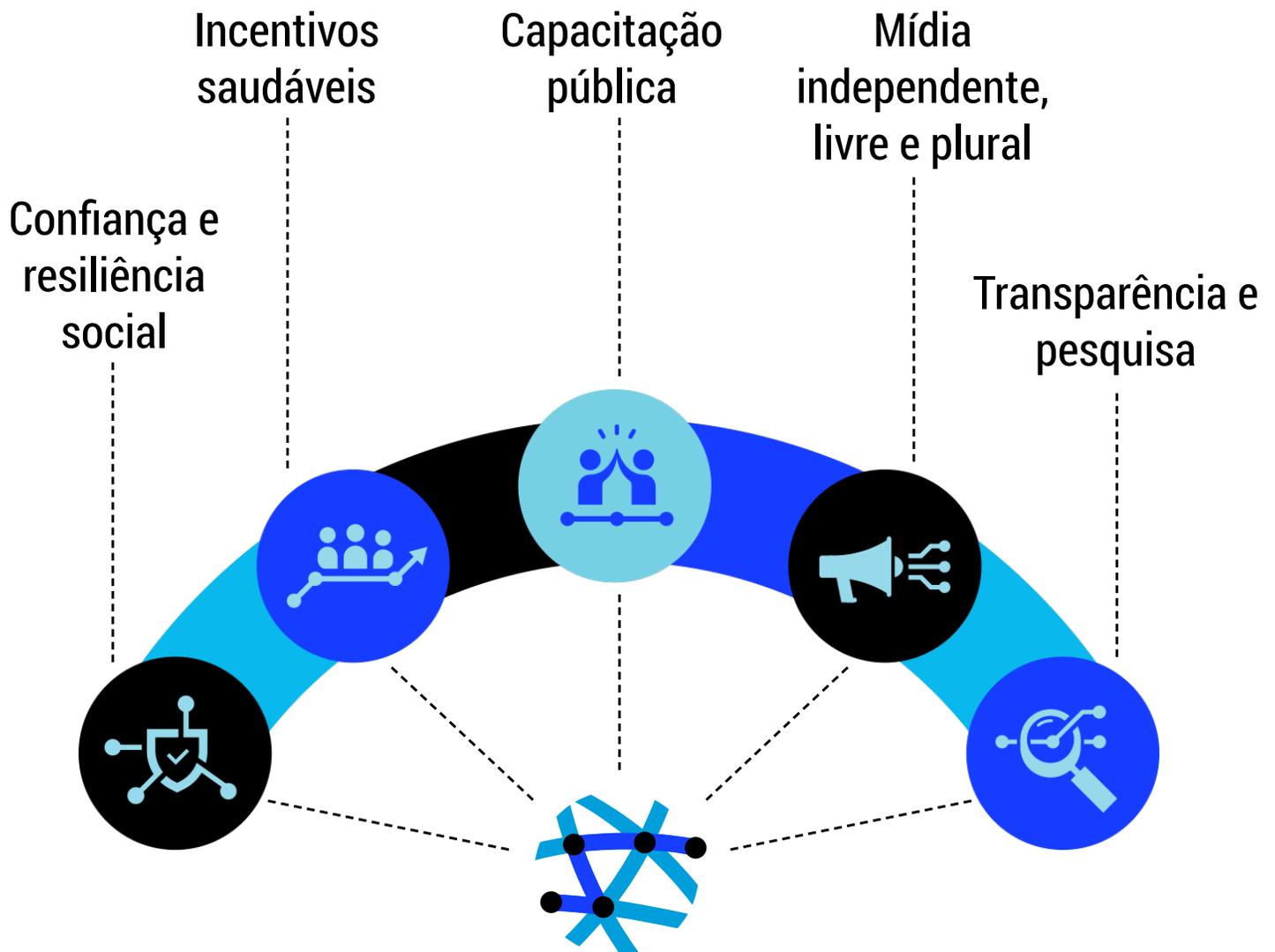
Dessa forma, os Princípios Globais refletem ainda mais o compromisso inabalável das Nações Unidas de reforçar a integridade da informação e se destinam a orientar o trabalho da Organização no futuro.

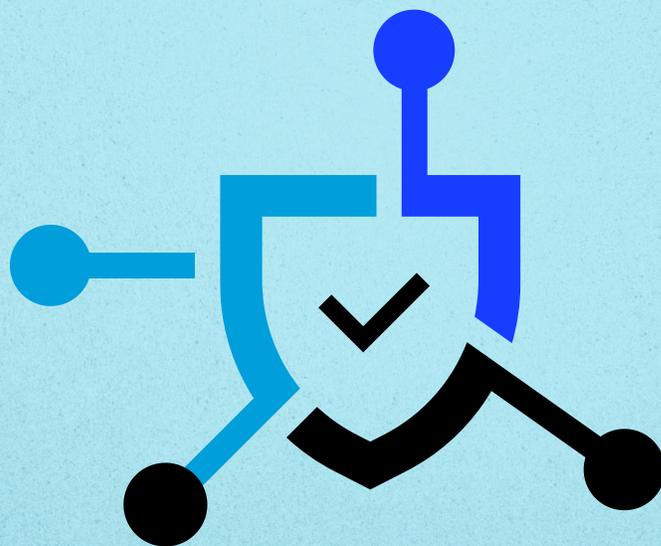




PRINCÍPIOS GLOBAIS DA ONU PARA A INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

5





Confiança e resiliência social

A confiança e a resiliência em todas as partes da sociedade são componentes essenciais da integridade da informação. Confiança, neste contexto, refere-se àquela que as pessoas têm nas fontes e à confiabilidade das informações que acessam, incluindo fontes e informações oficiais, e aos mecanismos que permitem que as informações fluam por todo o ecossistema. Resiliência se refere à capacidade das sociedades de lidar com perturbações ou ações manipulativas no ecossistema de informação.

A confiança e a resiliência são vulneráveis a ações conduzidas por atores estatais e não estatais que procuram explorar o ecossistema de informação para ganhos estratégicos, políticos ou financeiros. Essas ações, por vezes amplamente coordenadas, podem resultar numa série de danos e comprometer a capacidade das pessoas de avaliar criticamente a ciência e os fatos.

As grandes empresas de tecnologia detêm um poder significativo no ecossistema de informação e exercem uma influência excessiva sobre a forma como as partes interessadas, incluindo outras empresas, anunciantes, meios de comunicação e usuários individuais, interagem e acessam informações. Os avanços nas tecnologias de inteligência artificial (IA), como a IA generativa, introduziram os meios para criar riscos para os espaços de informação em escala e com custos mínimos. O conteúdo gerado ou mediado por IA, que pretende ser real ou original, pode ser altamente crível, impactante do ponto de vista emocional e difícil de detectar, podendo se espalhar de forma rápida por meio de plataformas orientadas por algoritmos e meios de comunicação. Isso tem o potencial de criar, acelerar e aprofundar exponencialmente déficits de confiança.

Abordar os riscos à integridade da informação exige práticas robustas, prospectivas e inovadoras de confiança e segurança digital, aplicadas de forma consistente em todas as línguas e contextos. Essas práticas devem refletir as percepções de grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização que estão desproporcionalmente expostos a danos potenciais.

Mulheres, idosos, crianças, jovens, pessoas com deficiência, povos indígenas, pessoas refugiadas e apátridas, pessoas LGBTIQ+ e os grupos étnicos ou religiosos minoritários devem ser particularmente considerados.

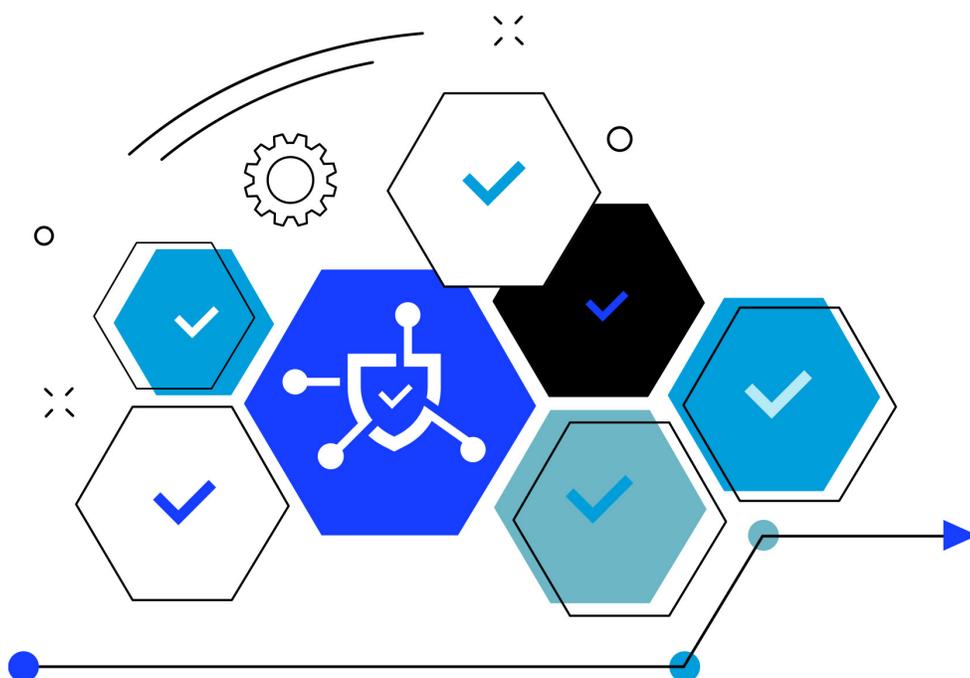
Muitos jovens e crianças passam uma parte significativa das suas vidas on-line e obtêm uma vasta gama de informações por meio de canais digitais. Elas já arcam com o ônus dos riscos para os espaços de informação e serão mais diretamente afetados pelas tecnologias emergentes e pelas tendências dos meios de comunicação social.

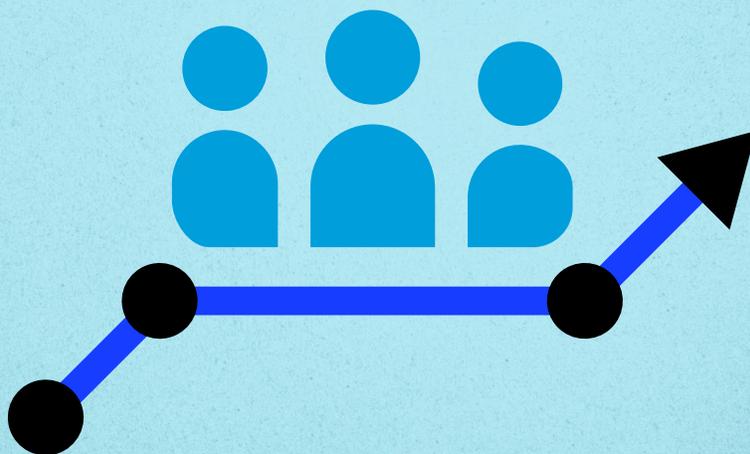
As pessoas são geralmente mais resilientes e estão mais bem preparadas para prevenir e enfrentar esses riscos quando têm acesso a uma gama diversificada de fontes de informação e se sentem incluídas, iguais, socioeconomicamente seguras e capacitadas do ponto de vista político. Quando este não é o caso, esses riscos

podem muitas vezes encontrar terreno mais fértil para proliferar. As respostas devem, portanto, reconhecer as necessidades sociais subjacentes para aumentar a resiliência a longo prazo.

Todas as partes interessadas comprometidas em agir no interesse público podem se esforçar para se adaptar às realidades de um cenário de comunicações em constante evolução, aproveitando os espaços de informação para o benefício comum. Isso é particularmente fundamental em momentos sociais cruciais, como eleições, desastres naturais e crises provocadas pelo homem, quando os riscos para os espaços de informação são pronunciados, podem aprofundar a polarização social, minar a capacidade das pessoas de participar na vida pública e, em casos extremos, ser usados para incitar a violência.

Ativistas, jornalistas, trabalhadores humanitários e os funcionários das Nações Unidas, incluindo forças de manutenção da paz, trabalhadores eleitorais, cientistas, profissionais médicos e outros, podem se tornar alvos, com consequências potencialmente terríveis. O assédio on-line e outras táticas insidiosas podem resultar no silenciamento de vozes e na redução dos espaços cívicos. Esforços coletivos para salvaguardar esses indivíduos são fundamentais.





Incentivos saudáveis

A criação de incentivos saudáveis envolve a abordagem das implicações críticas para a integridade do ecossistema de informação resultantes dos atuais modelos de negócio, que dependem da publicidade direcionada e de outras formas de monetização de conteúdos como meio dominante de geração de receitas.

Esses modelos proporcionaram oportunidades de crescimento sem precedentes para empresas de todos os tamanhos, principalmente para as empresas tecnológicas que possuem e operam plataformas digitais, e deram origem a uma economia de criadores de conteúdo, que é impulsionada por inúmeras pessoas e que as beneficia. Esses modelos também permitiram incentivos e oportunidades financeiras para os fornecedores de desinformação e de ódio

que exploram a economia da atenção, na qual as empresas tecnológicas rastreiam o comportamento dos usuários para recolher dados, alimentando algoritmos que dão prioridade ao envolvimento numa aposta para maximizar a receita potencial para os anunciantes e os criadores. As mensagens concebidas para polarizar e produzir emoções fortes são muitas vezes as que geram mais envolvimento, e o resultado é que os algoritmos levaram a recompensar e amplificar conteúdos nocivos.

Os intervenientes que exploram estes modelos de negócio incluem manipuladores de informação e grandes empresas de relações públicas contratadas pelos Estados, figuras políticas e entidades do setor privado para fornecer campanhas de manipulação orquestradas, por vezes além das fronteiras nacionais.

O setor de tecnologia projetou processos de publicidade digital para serem complexos e opacos, com mínima supervisão humana. Isso é vantajoso para muitos atores da cadeia de suprimentos de tecnologia de publicidade (ad tech), com as grandes empresas de tecnologia sendo as que mais lucram.

Esse design opaco pode levar a que os orçamentos publicitários financiem inadvertidamente indivíduos, entidades ou ideias que os anunciantes podem não ter a intenção de apoiar, o que pode constituir um risco material para as marcas. Esses posicionamentos publicitários também podem impactar negativamente a eficácia da campanha publicitária e a segurança da marca.

As poucas empresas que dominam a tecnologia de publicidade são também responsáveis pela implementação de padrões de publicidade nas plataformas de sua propriedade, onde a aplicação de tais padrões pode ser irregular e inconsistente. Essa erosão da integridade do ecossistema de informação realça a necessidade de uma mudança

fundamental na estrutura de incentivos. Isso pode acontecer por meio de modelos de negócios guiados pelos direitos humanos e que não dependem de publicidade programática direcionada orientada por algoritmos que se baseia no rastreamento comportamental e em dados pessoais.

Os anunciantes podem beneficiar o ecossistema de informação de uma forma que fortaleça a integridade da informação e faça sentido para os negócios. Embora seja improvável que as empresas tecnológicas abandonem prontamente os atuais modelos de negócio, incentivos mais saudáveis podem ser alcançados por meio de uma maior transparência para os anunciantes nos processos publicitários e da adesão a políticas de publicidade responsáveis pelos direitos humanos por parte dos fornecedores de anúncios. Ao obterem mais controle sobre uma cadeia de abastecimento transparente, os anunciantes também podem obter um melhor retorno do seu investimento.





Capacitação Pública

A capacitação dos indivíduos que navegam no ecossistema da informação implica que as pessoas tenham controle sobre a sua experiência on-line, possam tomar decisões informadas sobre os meios de comunicação que escolhem consumir e possam se expressar livremente. A capacitação pública requer acesso consistente a fontes de informação diversas e confiáveis.

Os espaços digitais têm servido, de muitas formas, como catalisadores para a participação inclusiva na vida pública, ligando pessoas por meio de fronteiras geográficas com aspirações compartilhadas de progresso. Quando aproveitados para o bem, estes espaços podem ajudar a capacitar os indivíduos e dar agência àqueles que são frequentemente excluídos e marginalizados.

Ao mesmo tempo, as tecnologias digitais podem impedir a capacitação geral. Os indivíduos têm frequentemente pouco controle sobre a forma como seus dados pessoais são utilizados ou sobre o conteúdo algorítmico personalizado por grandes empresas tecnológicas e enfrentam obstáculos por parte dos fornecedores de informação para compreender e acessar os critérios e mecanismos utilizados por eles na priorização e promoção de tipos específicos de conteúdos.

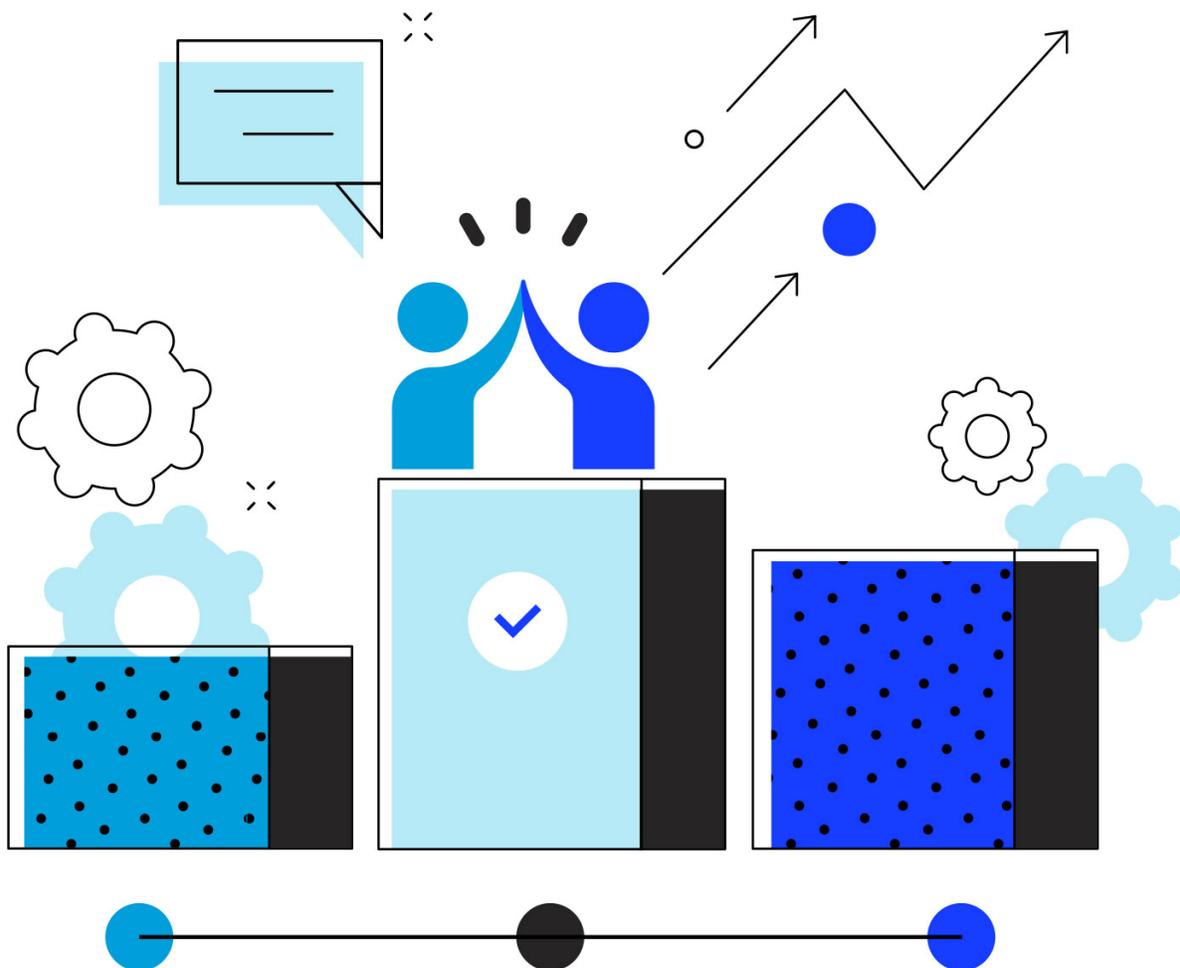
As empresas tecnológicas devem capacitar os usuários para fornecerem inputs e feedback sobre todos os aspectos de confiança e segurança, política de privacidade e utilização de dados, reconhecendo os direitos de privacidade dos usuários.

Deverão melhorar o controle e a escolha dos usuários, incluindo a interoperabilidade com uma gama de serviços de diferentes fornecedores.

As iniciativas de formação em matéria de meios de comunicação social, informação e letramento digital devem centrar a atenção na capacitação de todas as pessoas, concentrando-se especialmente nos desafios específicos enfrentados por mulheres, idosos, crianças, jovens, pessoas com deficiência e grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização.

Embora a conectividade à Internet esteja crescendo, um terço do mundo permanece off-line.

Mesmo para aqueles que estão on-line, o acesso inadequado pode prejudicar a sua capacidade de aproveitar plenamente os recursos da Internet, o que os deixa vulneráveis a riscos em espaços de informação. À medida que as barreiras à conectividade caem rapidamente, é necessário implementar iniciativas para capacitar os novos usuários da Internet e dotar aqueles que não têm acesso com as competências de letramento digital necessárias para obter experiências on-line seguras e produtivas.





Meios de comunicação independentes, livres e plurais

A integridade da informação só é alcançável com meios de comunicação independentes, livres e plurais.

Uma imprensa livre sustenta o Estado de direito e serve como pedra angular das sociedades democráticas, permitindo um discurso cívico informado, responsabilizando o poder e protegendo os direitos humanos. A imprensa pode ser considerada livre sempre que jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social – incluindo mulheres e pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas – têm liberdade

consistente para reportar e operar de forma segura e aberta, e todos os indivíduos têm acesso consistente a fontes de notícias plurais e confiáveis.

Os meios de comunicação social têm papel e responsabilidade especiais no fornecimento de informação confiável e precisa e na mitigação de riscos para os espaços de informação. No entanto, a liberdade de imprensa enfrenta ameaças significativas e continuadas em todo o mundo, apesar do direito à liberdade de expressão, incluindo a imprensa ou

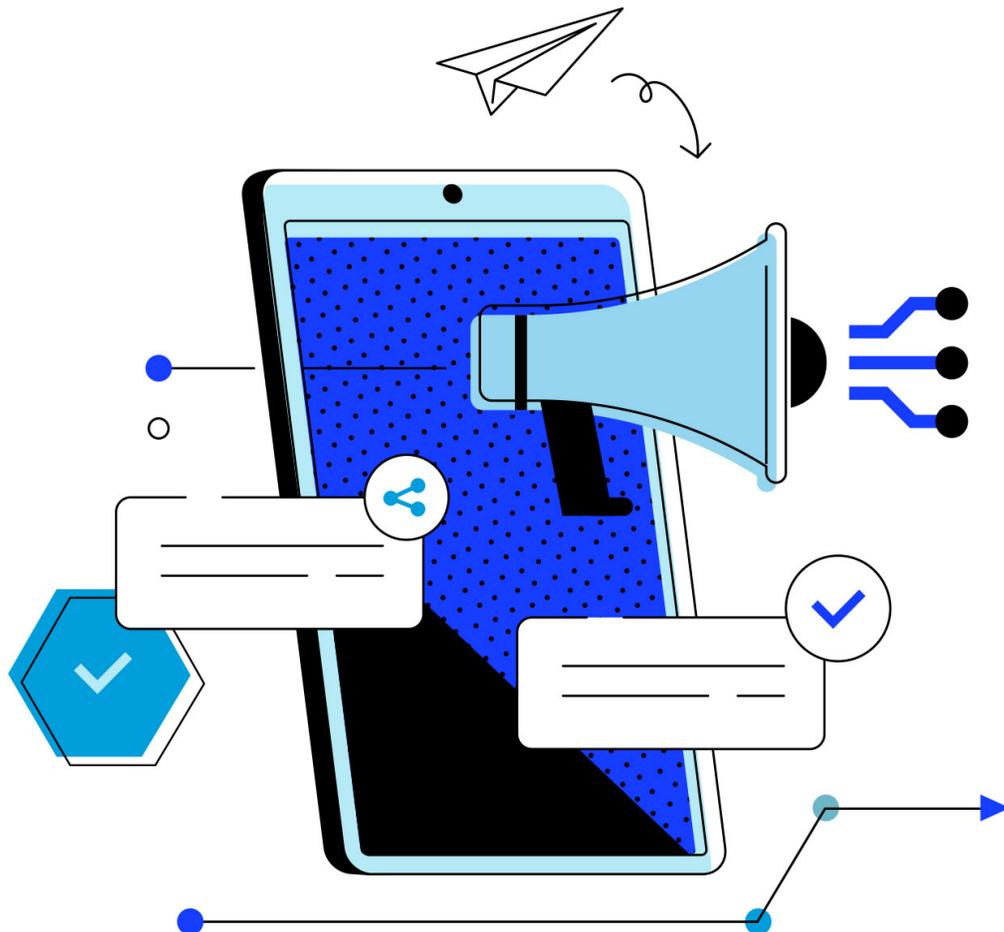
outros meios de comunicação livres, sem censura e desimpedidos. Os trabalhadores dos meios de comunicação social enfrentam assédio, ameaças e violência on-line e off-line, conduzindo por vezes à autocensura e aumentando o risco profissional.

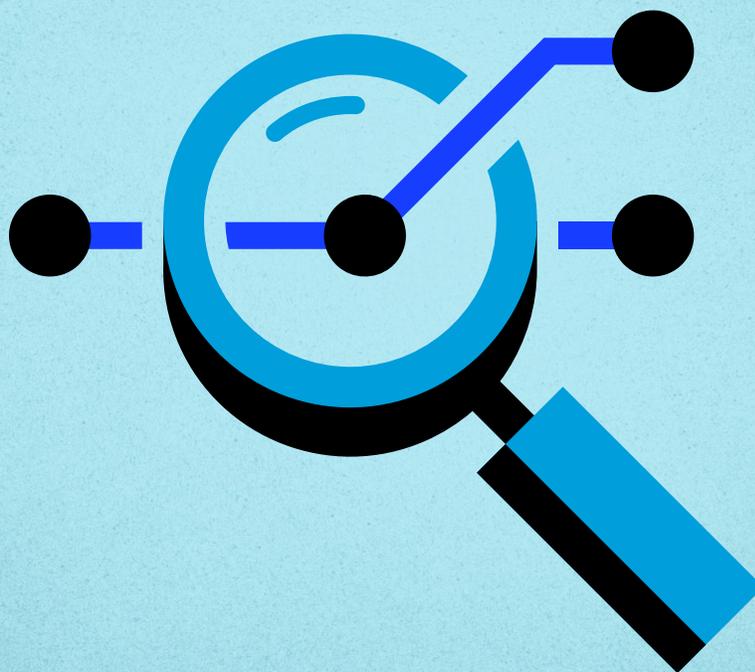
Ao mesmo tempo, a indústria de notícias tem sofrido com a migração das receitas publicitárias para o espaço digital, que é dominado por grandes empresas tecnológicas. Esses fatores permitiram que os interesses empresariais aumentassem ainda mais o seu controle sobre os meios de comunicação, ameaçando a diversidade da mídia e minando o jornalismo local e de interesse público. Onde os padrões editoriais não são respeitados de forma robusta, os meios de comunicação podem gerar e amplificar os riscos para a integridade da informação, o que pode gerar polinização cruzada entre espaços on-line e off-line.

São necessárias respostas robustas e urgentes para apoiar organizações de notícias de interesse público, jornalistas e trabalhadores de mídias, reconhecendo contextos com infraestruturas de meios de comunicação limitadas, onde os jornalistas cidadãos prestam um serviço vital aos moradores locais.

Essas respostas podem incluir assistência robusta e continuada ao desenvolvimento dos meios de comunicação, utilizando implementadores locais.

Os Estados e as empresas tecnológicas exercem uma influência considerável na definição dos fluxos de informação e das políticas e devem intensificar os esforços para garantir a liberdade de imprensa e a segurança imutável dos jornalistas.





Transparência e pesquisa

O aumento da transparência por parte das empresas de tecnologia e de outros fornecedores de informação pode permitir uma melhor compreensão de como a informação é divulgada, como os dados pessoais são utilizados e como são abordados os riscos para a integridade da informação.

No entanto, os desequilíbrios de poder criam barreiras à transparência. Um punhado de empresas tecnológicas tem acesso a um volume de dados sem precedentes e, juntamente com alguns proprietários de meios de comunicação social, têm um controle significativo no ecossistema da informação, por

vezes em estreita relação com os Estados e com os intervenientes políticos e econômicos.

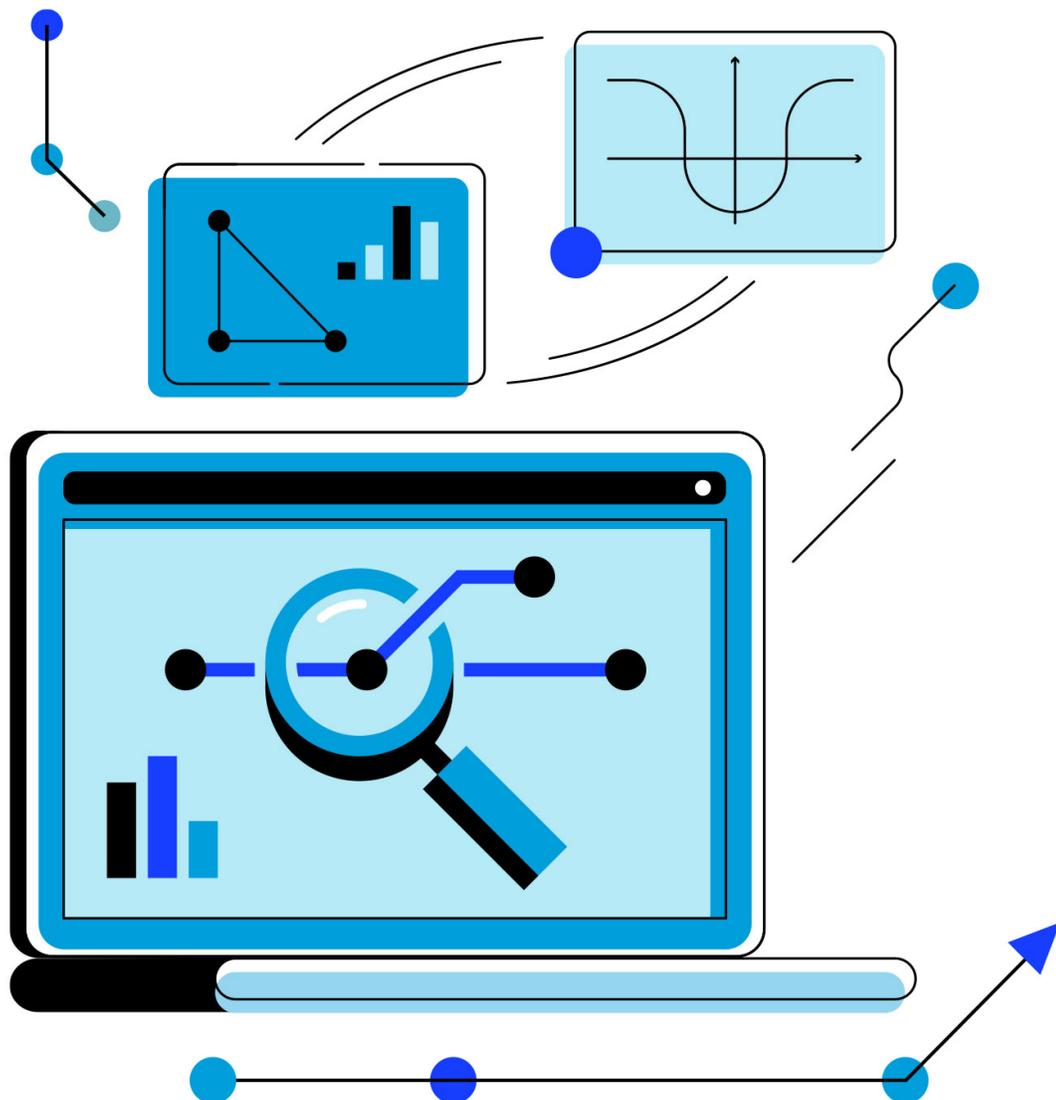
Além disso, as escolhas regulamentares em torno da transparência feitas num pequeno número de países onde a maioria das empresas de tecnologia está sediada afetam profundamente o resto do mundo. Esses desequilíbrios restringem muitas vezes a investigação de interesse público e podem dificultar os esforços para garantir a equidade e satisfazer as necessidades de contextos e comunidades subatendidas e subinvestigadas.

A implementação de tecnologias de IA, cujo impacto total permanece desconhecido, acrescenta novos desafios à investigação e compreensão do ecossistema da informação.

Estabelecer uma compreensão global mais detalhada dos ambientes de informação e melhorar ações direcionadas e baseadas em evidências para a promoção da integridade da informação exigirá a expansão da disponibilidade, qualidade e usabilidade de dados e conhecimentos.

Garantir o acesso aos dados preservando a privacidade para uma gama diversificada de investigadores reforçará os esforços coletivos para preencher lacunas e desigualdades na pesquisa.

Acadêmicos, jornalistas e sociedade civil devem receber proteção e apoio no desempenho do seu trabalho vital, livres de medo ou assédio.



Chamadas para Ação

O objetivo das recomendações a seguir é operacionalizar os cinco princípios em etapas aceitáveis para as partes interessadas em todo o ecossistema de informação. Desenvolvidas em um modelo holístico, essas recomendações vão desde as obrigações legais dos Estados até as responsabilidades do setor tecnológico e as melhores práticas para os meios de comunicação e a sociedade civil.



RECOMENDAÇÕES PARA AS PARTES INTERESSADAS

- → EMPRESAS DE TECNOLOGIA
- → ATORES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
- → ANUNCIANTES E OUTROS ATORES DO SETOR
- → MEIOS DE COMUNICAÇÃO
- → PESQUISADORES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
- → ESTADOS E ATORES POLÍTICOS
- → NAÇÕES UNIDAS

Empresas de Tecnologia

Grandes empresas de tecnologia, muitas delas sediadas em locais onde a regulamentação tecnológica é limitada, exercem um poder enorme. Elas lucram com uma vasta quantidade de dados coletados sobre o comportamento dos usuários, o que lhes permite moldar fluxos de informação transnacionais e controlar experiências digitais em escala global.

Para corrigir esse desequilíbrio de poder, é necessário uma estrutura que dê prioridade à transparência e à supervisão independente. Usuários merecem controle sobre os seus dados e experiências on-line, com caminhos claros para reclamação e reparação. São necessários mecanismos de responsabilização para abordar a responsabilidade das empresas tecnológicas pelas consequências da concepção e utilização dos seus produtos e serviços nos direitos humanos e na coesão social, incluindo situações de crise e conflito.

Isso exigirá uma avaliação crítica e transparente da arquitetura da plataforma para identificar características que corroem a integridade da informação e prejudicam os direitos humanos. Devem ser implementadas estratégias para prevenir e mitigar essa erosão, salvaguardando simultaneamente a liberdade de expressão e o acesso à informação.

A desinformação e o ódio não devem gerar exposição máxima e lucros maciços. Novos modelos de negócios comercialmente viáveis que não dependam de publicidade programática direcionada poderiam promover a inovação, aumentar a capacitação dos usuários e servir o interesse público. Essa abordagem multifacetada pode criar um ecossistema de informação mais equilibrado que respeite os direitos dos usuários e promova um ambiente on-line confiável.

Recomendações



a. Integre segurança e privacidade desde o projeto até a entrega. Incorpore políticas robustas de segurança e privacidade em todo o ciclo de vida de todos os produtos e serviços, incluindo todas as fases de projeto, desenvolvimento, entrega e desativação, aplicando políticas de forma consistente tanto à mídia gerada por humanos quanto pela IA. Coopere com organizações terceirizadas independentes para realizar e tornar públicas avaliações contínuas de riscos aos direitos humanos relacionadas a todos os produtos e serviços para minimizar proativamente os riscos sociais e mitigar danos potenciais, inclusive antes e em torno de momentos sociais cruciais. Tome medidas para proteger e capacitar grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização, membros da sociedade civil e outros que costumam ser um alvo on-line e para abordar formas de violência baseadas em gênero e outras formas de violência que ocorrem ou são amplificadas pela utilização da tecnologia. Inove para enfrentar os desafios emergentes, incluindo a potencial prevalência de riscos para a integridade do ecossistema de informação resultante das tecnologias de IA. Garanta a diversidade e a inclusão pessoal em todas as fases de desenvolvimento de produtos e em equipes de confiança e segurança. Estabeleça procedimentos para compartilhamento interno de informações para garantir que as avaliações de riscos e políticas sejam compartilhadas e compreendidas coletivamente em todos os níveis e funções da empresa, incluindo a liderança. Garanta a aplicação consistente de todas as políticas de confiança e segurança.



b. Reavalie modelos de negócios. Avalie se e como a arquitetura da plataforma contribui para a erosão da integridade do ecossistema de informação e prejudica os direitos humanos e tome medidas proporcionais de mitigação e remediação, respeitando ao mesmo tempo a liberdade de expressão. Alcance modelos de negócios inovadores e comercialmente viáveis que não dependam de publicidade programática direcionada e que atendam ao interesse público.



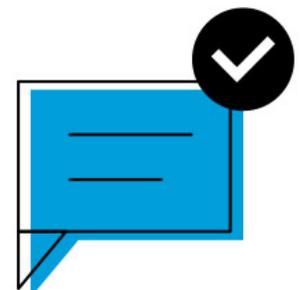
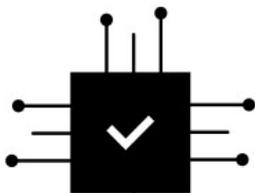
c. Proteja as crianças. Estabeleça e aplique medidas para proteger e defender os direitos das crianças, como verificação de idade e controle parental. Implemente políticas e práticas para prevenir e combater a exploração e o abuso sexual infantil que ocorrem ou são amplificados pelo uso da tecnologia. Estabeleça e divulgue mecanismos especiais de denúncia e reclamação para crianças.



d. Aloque recursos. Aloque recursos e conhecimentos internos suficientes e continuados nas áreas de confiança e segurança que sejam proporcionais aos níveis de risco. Designe recursos suficientes para abordar contextos linguísticos socioculturais e idiomas de operação e as necessidades diferenciadas de grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização, em particular em contextos que enfrentam conflitos ou enfrentam condições instáveis.



e. Garanta moderação consistente de conteúdo. Coopere com organizações terceirizadas independentes para desenvolver processos de moderação de conteúdo alinhados com os padrões internacionais de direitos humanos e garanta que tal política seja aplicada de forma consistente e não arbitrária em todas as áreas de operação. Aloque recursos suficientes para moderação e curadoria de conteúdo humano e automatizado, aplicados de forma consistente em todos os idiomas e contextos de operação. Tome medidas para abordar conteúdo que viole os padrões da comunidade da plataforma e prejudique os direitos humanos, como limitar a amplificação algorítmica, a rotulação e a desmonetização. Disponibilize ao público dados desagregados sobre a implementação de políticas de moderação de conteúdo e sobre os recursos alocados para moderação de conteúdo em todos os idiomas e contextos de operação.





f. Respeite as normas trabalhistas. Forneça condições de trabalho alinhadas com a legislação internacional trabalhista e de direitos humanos e priorize iniciativas que garantam o bem-estar, a segurança e a qualidade do treinamento de todos os trabalhadores, incluindo moderadores de conteúdo, envolvidos em esforços de confiança e segurança.



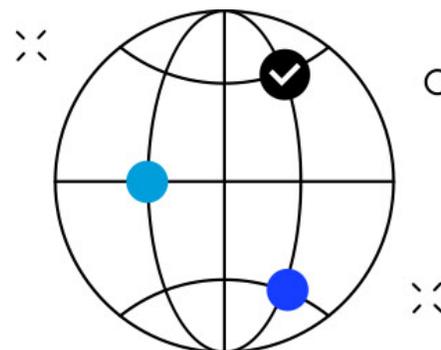
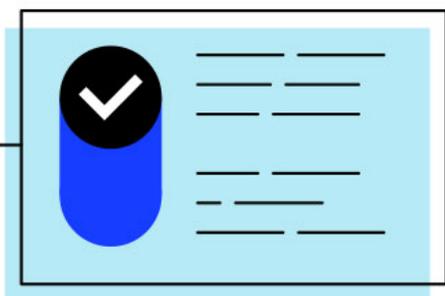
g. Estabeleça supervisão independente. Comissione auditorias externas regulares e independentes em matéria de direitos humanos, que abranjam termos de serviço e padrões comunitários; confiança e segurança e políticas de publicidade; gerenciamento de riscos; os impactos da publicidade e dos sistemas de recomendação em contextos linguísticos e operacionais; moderação de conteúdo; processos de reclamações e recursos; mecanismos de transparência; e acesso a dados para pesquisadores. Avalie o impacto dos produtos e serviços nos grupos em situação de vulnerabilidade e marginalização, na igualdade de gênero e nos direitos das crianças. Torne os resultados dessas auditorias públicos, acessíveis e compreensíveis para todos os usuários.



h. Desenvolva padrões do setor. Estabeleça parcerias com a sociedade civil e outras partes interessadas para desenvolver quadros de responsabilização da indústria operacional com funções e responsabilidades claramente definidas, comprometendo-se com relatórios públicos auditados e supervisão independente e com padrões robustos de privacidade, transparência, gestão de riscos e confiança e segurança. Faça provisões específicas para as necessidades de grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização e em contextos frágeis, estabelecendo formas eficazes de medir e abordar os riscos para os direitos humanos. Garanta a cooperação entre plataformas e serviços, reconhecendo que os riscos podem espalhar-se por vários espaços de informação, cada um com falhas de concepção únicas e lacunas políticas que podem ser exploradas.



i. Eleve a resposta à crise. Trabalhe com as partes interessadas que operam em áreas de alto risco, estabeleça processos de alerta precoce e escalonamento com taxas de resposta aceleradas e oportunas em contextos de crise e conflito. Estabeleça mecanismos para permitir acesso proeminente e oportuno a informações confiáveis e precisas que atendam ao interesse público.





j. Apoie processos políticos. Comprometa-se e torne acessíveis ao público avaliações de riscos para os direitos humanos de todos os produtos e serviços antes e durante as eleições e outros processos políticos. Aplique todas as políticas relacionadas para defender a integridade da informação, tomando medidas para combater a desinformação, o assédio e a violência contra as mulheres e outros grupos que normalmente são alvo na vida pública, incluindo de candidaturas políticas.



k. Colabore com as partes interessadas. Envolver-se proativamente com uma ampla gama de partes interessadas, incluindo Estados, academia, sociedade civil, crianças, organizações lideradas por jovens e a comunidade técnica, para obter uma compreensão mais profunda dos riscos para a integridade do ecossistema de informação e aumentar e calibrar os mecanismos de confiança e segurança em conformidade.



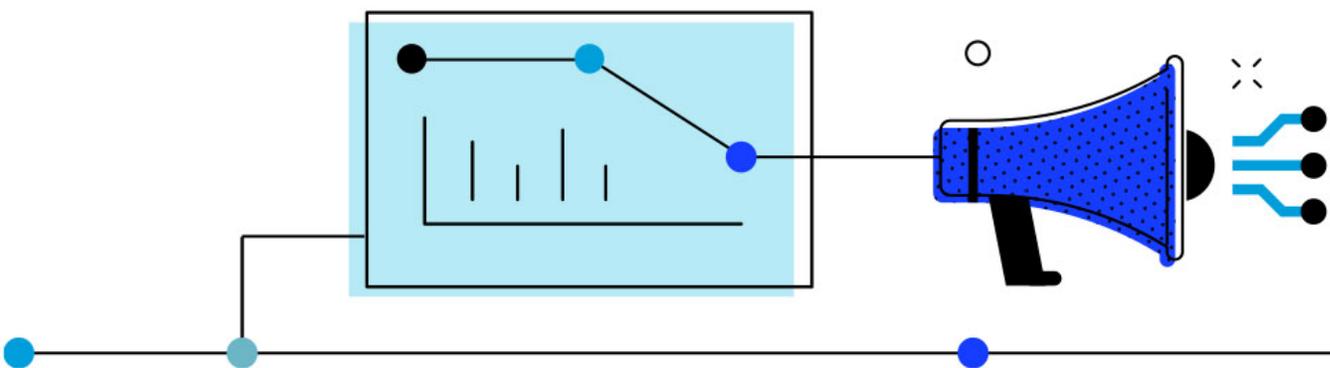
l. Estabeleça mecanismos robustos de reclamação. Garanta mecanismos transparentes, seguros, protegidos e acessíveis para usuários e não usuários para reclamações, denúncias, recursos e reparação em tempo hábil, incluindo processos especiais para pessoas em situações de vulnerabilidade e marginalização. Estabeleça e aplique procedimentos para evitar o uso indevido dos mecanismos de denúncia e reclamação, tais como por meio de comportamento inautêntico coordenado.



m. Comunique políticas claras. Torne os termos e as condições, as políticas, os padrões comunitários e os procedimentos de aplicação facilmente acessíveis, consistentes e compreensíveis, inclusive para as crianças. Deixe claras todas as políticas, as diretrizes e as regras relativas a notícias e a conteúdo político.



n. Enforce advertising policies. Estabeleça, divulgue e aplique políticas claras e robustas sobre publicidade e monetização de conteúdo. Revise continuamente as parcerias existentes entre editores e tecnologia de publicidade para avaliar se tais políticas são mantidas pelos parceiros na cadeia de fornecimento de tecnologia de publicidade. Informe publicamente todos os anos sobre a eficácia da aplicação das políticas e quaisquer outras ações tomadas.





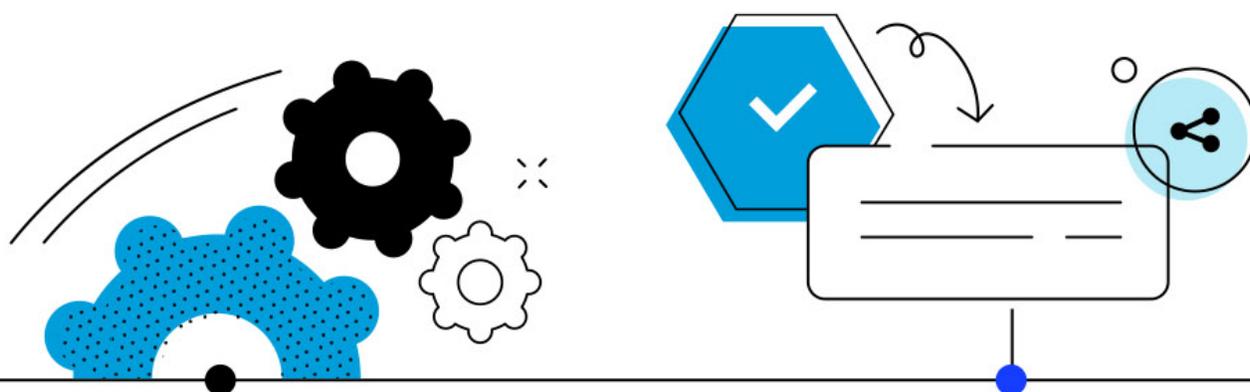
O. Demonstre transparência publicitária. Marque claramente todos os anúncios, fazendo com que a informação do anunciante, os parâmetros usados para segmentação e qualquer uso de conteúdo gerado ou mediado por IA sejam transparentes para os usuários. Mantenha bibliotecas de publicidade completas, acessíveis, atualizadas e pesquisáveis, com informações sobre a fonte ou comprador, os gastos e o público-alvo. Forneça dados detalhados aos anunciantes e pesquisadores sobre exatamente onde os anúncios apareceram em qualquer escala de tempo e sobre a precisão e eficácia dos controles e serviços em torno de posicionamentos de publicidade e adjacência da marca. Faça relatórios transparentes sobre fontes de receita e acordos de compartilhamento com anunciantes e criadores de conteúdo. Rotule claramente toda a publicidade política, inclusive para indicar conteúdo que tenha sido gerado ou mediado por IA, e forneça informações facilmente acessíveis sobre por que os destinatários estão sendo o alvo, quem pagou pelos anúncios e quanto.



P. Apoie a segurança e a diversidade da mídia. Crie um ambiente propício à distribuição de conteúdos de notícias plurais, permitindo aos consumidores acessar a uma série de fontes de meios de comunicação. Apoie os meios de comunicação independentes, livres e plurais, especialmente o jornalismo local e cidadão realizado em diversas línguas e contextos, respeitando ao mesmo tempo a independência editorial. Tome todas as medidas para defender os direitos dos jornalistas e dos trabalhadores dos meios de comunicação social on-line. Faça provisões explícitas e transparentes para ajudar a proteger os jornalistas e os trabalhadores dos meios de comunicação contra o assédio, o abuso e as ameaças de violência, refletindo os riscos enfrentados pelos jornalistas, especialmente durante momentos sociais cruciais, como eleições, riscos naturais e crises provocadas pelo homem. Atualize as políticas e as práticas de confiança e segurança especificamente para mitigar e abordar o problema de mulheres jornalistas como alvo.



Q. Forneça acesso aos dados. Forneça aos investigadores, incluindo acadêmicos de todas as disciplinas, jornalistas, sociedade civil e organizações internacionais, acesso aos dados que necessitam para melhor compreender a integridade da informação, informar políticas e melhores práticas e melhorar a responsabilização, respeitando, ao mesmo tempo, a privacidade dos usuários e a propriedade intelectual. Esses dados devem ser discriminados para permitir



um estudo eficaz da integridade do ecossistema de informação, incluindo os riscos sociais, os impactos em comunidades e populações diferenciadas, as implicações da utilização de tecnologias de IA, os potenciais impactos no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a eficácia das medidas de mitigação de risco. Deve-se incluir informações sobre: sistemas de recomendação guiados por algoritmos, incluindo explicações sobre como os algoritmos são treinados para classificar, recomendar, distribuir e sinalizar conteúdo; contas removidas, banidas ou suspensas; e alocação de recursos para confiança e segurança em vários idiomas e contextos. Facilite a entrega de dados para pesquisadores com custo mínimo em formatos acessíveis e legíveis por máquina.

F. Garanta a divulgação. Torne públicas as solicitações do Estado para remoção ou colocação de conteúdo. Divulgue todas as colaborações com organizações de verificação de fatos, incluindo financiamento ou outro apoio fornecido, e financiamento concedido a órgãos políticos e a candidatos.

S. Ofereça controle e escolha. Ofereça ferramentas, funções e recursos fáceis de usar que garantam o consentimento informado e capacitem as pessoas a controlar facilmente a própria experiência on-line, incluindo por meio da interoperabilidade com outros serviços, permitindo maior escolha e fornecendo consentimento informado sobre o conteúdo que veem e como e onde os dados são utilizados.

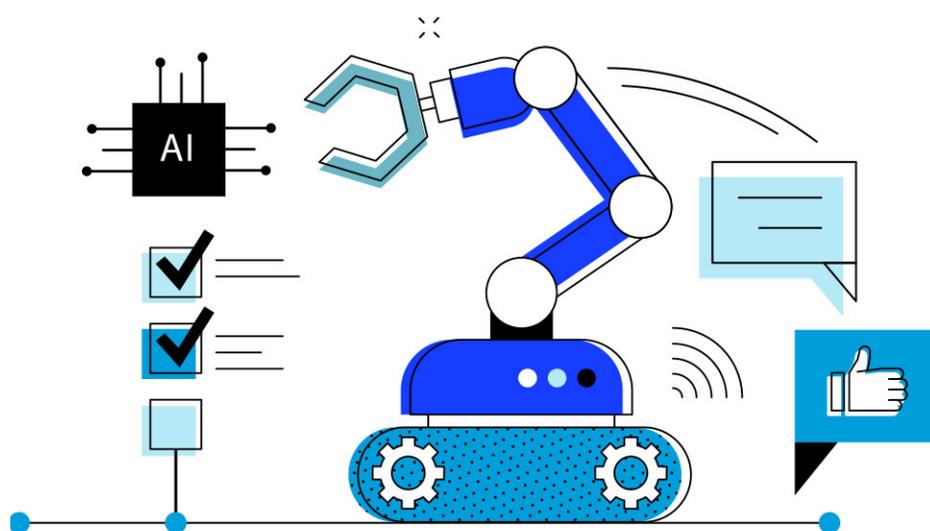
t. Rotule o conteúdo gerado por IA. Rotule claramente o conteúdo gerado ou mediado por IA, investindo e desenvolvendo soluções a nível organizacional, para garantir que os usuários possam identificar facilmente esse conteúdo e para reforçar, em vez de minar, a confiança deles na integridade do ecossistema de informação de forma mais ampla. Isso inclui informações nos metadados que identifiquem esse conteúdo como gerado ou mediado por IA.

U. Garanta a privacidade. Garanta que a coleta, a utilização, o compartilhamento, a venda e o armazenamento de dados respeite a privacidade dos usuários e que eles possam acessar facilmente as informações sobre como os seus dados pessoais são coletados, incluindo em decisões algorítmicas, e sobre como os seus dados pessoais são compartilhados e obtidos de outras entidades.

V. Promova o letramento digital. Apoie iniciativas de letramento midiático e informacional para aumentar as competências digitais, nomeadamente para melhorar a compreensão do público sobre a função, os efeitos e as implicações dos algoritmos. Dedique recursos de letramento e capacitação para todas as línguas e áreas de operação, especialmente em contextos frágeis. Forneça materiais de treinamento relacionados à segurança para crianças e jovens. Permita e disponibilize publicamente avaliações externas independentes sobre a eficácia das iniciativas de letramento.

Atores da Inteligência Artificial (IA)

Atores governamentais, privados e públicos envolvidos em pelo menos uma etapa do ciclo de vida do sistema de inteligência artificial



À medida que as tecnologias de inteligência artificial (IA) evoluem rapidamente, esses recursos estão destinados a remodelar o nosso mundo. Desde a automatização de tarefas diárias até o auxílio a descobertas científicas, os benefícios potenciais são vastos. No entanto, junto a esse progresso está uma necessidade crítica de garantir design, desenvolvimento, implementação e desativação segura e confiável da IA.

O preconceito e a falta de diversidade nos dados de treinamento podem levar os sistemas de IA a gerar informações enganosas e perpetuar a injustiça. Essa capacidade de gerar conteúdos realistas

pode ser mal utilizada em grande escala para criar riscos à integridade do ecossistema de informação.

Os riscos emergentes podem ser mitigados dando prioridade à transparência e à justiça no ciclo de vida das tecnologias de IA. É necessário um esforço colaborativo entre governos, empresas tecnológicas e instituições acadêmicas e de investigação para garantir que a IA seja concebida, desenvolvida, implementada e desativada de forma segura e responsável ao longo do seu ciclo de vida. Ao trabalharem em conjunto, essas partes interessadas podem garantir que as tecnologias de IA beneficiem a sociedade e o bem-estar humano.

Recomendações



a. Garanta uma IA segura e confiável. Tome medidas para garantir a concepção, o desenvolvimento, a implementação, a utilização e a desativação seguras e confiáveis das tecnologias de IA. Aborde e comunique publicamente as implicações de quaisquer inovações ou avanços no campo que possam apresentar riscos à integridade do ecossistema de informações, incluindo usos maliciosos de tecnologias de IA, dependência excessiva de tecnologia de IA sem supervisão humana e qualquer potencial relacionado que provoque uma maior erosão da confiança em todas as geografias e contextos sociais. Treine a IA em fontes de informação confiáveis e inclusivas sobre questões críticas para o bem-estar público e tome medidas para mitigar os preconceitos decorrentes dos dados de treinamento, incluindo os preconceitos raciais e de gênero. Estabeleça parcerias com uma gama diversificada de partes interessadas na realização de avaliações de riscos em matéria de direitos humanos para minimizar proativamente os riscos sociais e mitigar potenciais danos, nomeadamente para mulheres, crianças, jovens e outros grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização.



b. Encomende auditorias independentes. Comprometa-se a fornecer acesso e porto seguro legal e técnico a pesquisadores institucionais e individuais para realizar auditorias independentes de modelos de IA com salvaguardas apropriadas, como a conformidade com as políticas de divulgação de vulnerabilidades da empresa. Garanta a acessibilidade pública dos resultados de auditorias independentes, dos dados sobre os riscos relacionados com os sistemas de IA – tais como o potencial de discriminação prejudicial e “alucinações”, nomeadamente, conteúdo que parece factual, mas que é completamente inventado – e as medidas tomadas para prevenir, mitigar e abordar possíveis danos.



c. Respeite a propriedade intelectual. Respeite os direitos de propriedade intelectual, garantindo uma compensação justa pela utilização de propriedade intelectual, incluindo jornalismo original, utilizado na formação de ferramentas de IA.



d. Mostre a proveniência dos dados. Desenvolva e implemente soluções e políticas sobre proveniência, através de formas visíveis e invisíveis, como certificação de autenticidade, marca d'água e rotulagem. Empreenda esforços multilaterais para a padronização de uma rotulagem de fácil utilização.



e. Apoie o letramento. Invista no nível organizacional no desenvolvimento e implementação de iniciativas de letramento para melhorar a compreensão pública de como funcionam os modelos de IA e as implicações para os consumidores de informação em todo o mundo, com foco nos riscos para a integridade da informação.



f. Ative o feedback do usuário. Forneça aos usuários a possibilidade de alertar ou relatar informações de proveniência imprecisas ou enganosas, protegendo, ao mesmo tempo, a privacidade do usuário.



Anunciantes

Os anunciantes podem exercer uma influência singular na integridade do ecossistema de informação, ajudando a eliminar incentivos financeiros para aqueles que procuram lucrar com a desinformação e

o ódio. Ao fazer isso, os anunciantes podem proteger melhor suas marcas e abordar riscos materiais, aumentando seus resultados financeiros e conduzindo negócios de acordo com seus valores corporativos.

Recomendações



a. Estabeleça publicidade responsável em termos de direitos humanos. Estabeleça salvaguardas para garantir que a publicidade não acarrete riscos para os espaços de informação e defenda os direitos humanos, incluindo os direitos das crianças. Evite práticas de segmentação discriminatórias com base em dados confidenciais e características percebidas do usuário. Anuncie em meios de comunicação e plataformas que reforcem a integridade das informações, incluindo jornalismo de interesse público, por meio de métodos como listas de inclusão e exclusão, ferramentas de verificação de anúncios e verificação manual. Exija que as empresas de tecnologia de publicidade publiquem critérios que um site ou canal deve seguir antes de poder monetizar.



b. Utilize os padrões do setor. Utilize os padrões do setor para desenvolver políticas claras que minimizem os riscos à integridade das informações e ajudem a garantir a segurança da marca.



C. Forme coalizões. Colabore com todo o setor e com a sociedade civil para compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas sobre a integridade da informação em tempo útil, incluindo a avaliação dos impactos da publicidade e a mitigação sistemática dos riscos e potenciais danos decorrentes da publicidade e da monetização de conteúdos.



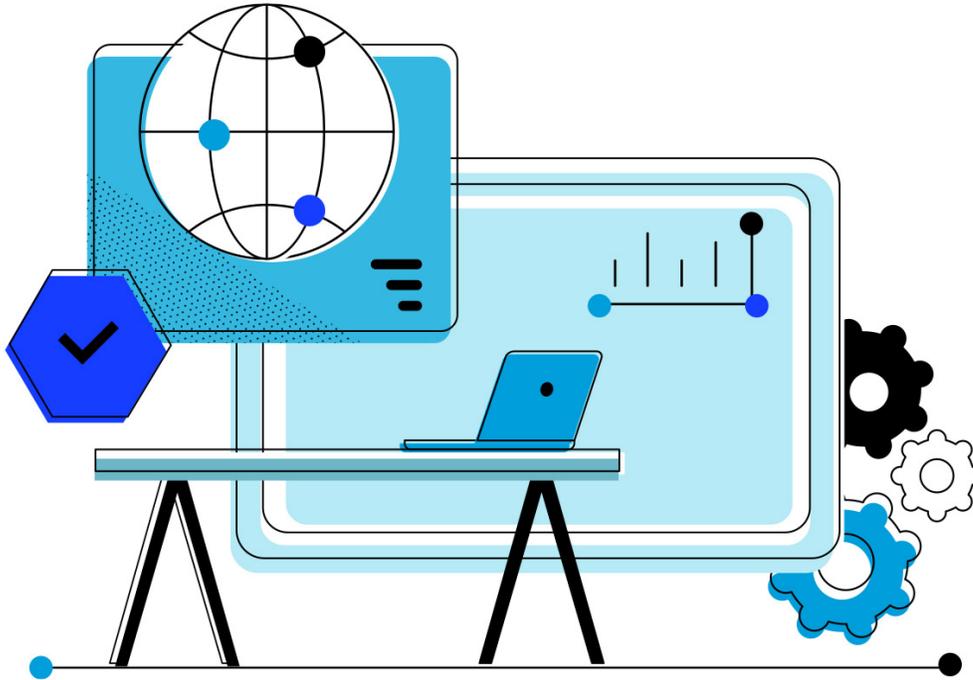
d. Exija dados. Estabeleça uma visão geral completa e detalhada da adjacência do anúncio de modo contínuo, exigindo a exibição de dados granulares onde os anúncios apareceram e conduzindo análises de adequação antes da colocação do anúncio. Realize auditorias completas de campanhas publicitárias.



e. Exija transparência. Exija que as empresas de tecnologia de publicidade adotem padrões de transparência que permitam a validação ponta a ponta da cadeia de fornecimento de tecnologia de publicidade e compartilhe dados completos de campanhas publicitárias com clientes e pesquisadores, incluindo dados de posicionamento e bloqueio no nível de registro.



f. Realize auditorias. Exija que as empresas de tecnologia de publicidade realizem auditorias independentes via terceiros e a examinem trocas de anúncios com parceiros fornecedores.



Outros atores do setor privado

As ações de uma gama mais ampla de entidades do setor privado não diretamente envolvidas no setor tecnológico podem ter impacto nos espaços de informação, servindo tanto para enfraquecer como para apoiar a integridade da informação. As empresas

têm uma responsabilidade de respeitar os direitos humanos, incluindo o direito à liberdade de expressão e à informação, e podem formar parcerias colaborativas com outras partes interessadas para ajudar a alcançar um ecossistema de informação mais saudável.

Recomendações



a. Mantenha a integridade. Defenda os direitos humanos, incluindo o direito à liberdade de expressão e à opinião e abstenha-se de espalhar ou patrocinar intencionalmente riscos para a integridade do ecossistema da informação para fins financeiros ou qualquer outro objetivo estratégico.



b. Invista no letramento. Invista no letramento midiático e informacional dos funcionários da organização, estabelecendo parcerias e recorrendo aos conhecimentos especializados dos atores relevantes da sociedade civil.

Mídia de notícias

Os meios de comunicação independentes, livres e plurais desempenham um papel fundamental em informar o público sobre questões de interesse público, promovendo o envolvimento cívico e a responsabilização daqueles que estão no poder.

No entanto, as ameaças diretas e indiretas à independência, à liberdade e à diversidade dos meios de comunicação, bem como o declínio do jornalismo local e de interesse público, podem

minar essas funções vitais. Quando os padrões profissionais não são rigorosamente mantidos, os meios de comunicação podem minar a integridade da informação. Por meio de práticas editoriais e de reportagem éticas e de um compromisso com a transparência, apoiados por formação e condições de trabalho de qualidade, jornalistas oferecem um serviço indispensável e podem ajudar a restaurar o equilíbrio frente aos riscos para a integridade do ecossistema de informação.

Recomendações



a. Cubra a integridade das informações. Invista na capacitação do jornalismo investigativo e baseado em dados para cobrir e informar proativamente o público sobre os riscos à integridade do ecossistema da informação. Empregue processos e padrões editoriais robustos, inclusive na obtenção de informações, para ajudar a manter e garantir a confiança entre os consumidores de mídia. Estabeleça mecanismos de checagem rápida como referência para o público.



b. Forneça resposta à crise. Comprometa-se a fornecer informações gratuitas e oportunas ao público durante situações de emergência e de crise em que os riscos para a integridade do ecossistema de informação possam ser maiores.



c. Mantenha padrões profissionais e éticos. Comprometa-se com e adote normas e práticas mundialmente reconhecidas de jornalismo profissional e ético produzidas em prol do interesse público, enfatizando a imparcialidade e a independência editorial, e adote ativamente mecanismos autorregulatórios da responsabilidade. Proporcione formação periódica e de qualidade para promover a informação ética, exata e imparcial e atualize as competências para promover a inovação e a adaptabilidade às mudanças no panorama das comunicações, nomeadamente adotando uma abordagem de jornalismo de “soluções” ou “construtivo”. Divulgue fontes de financiamento, estrutura de propriedade e incentivos financeiros para que os indivíduos possam estar melhor informados sobre as notícias que selecionam e consomem.



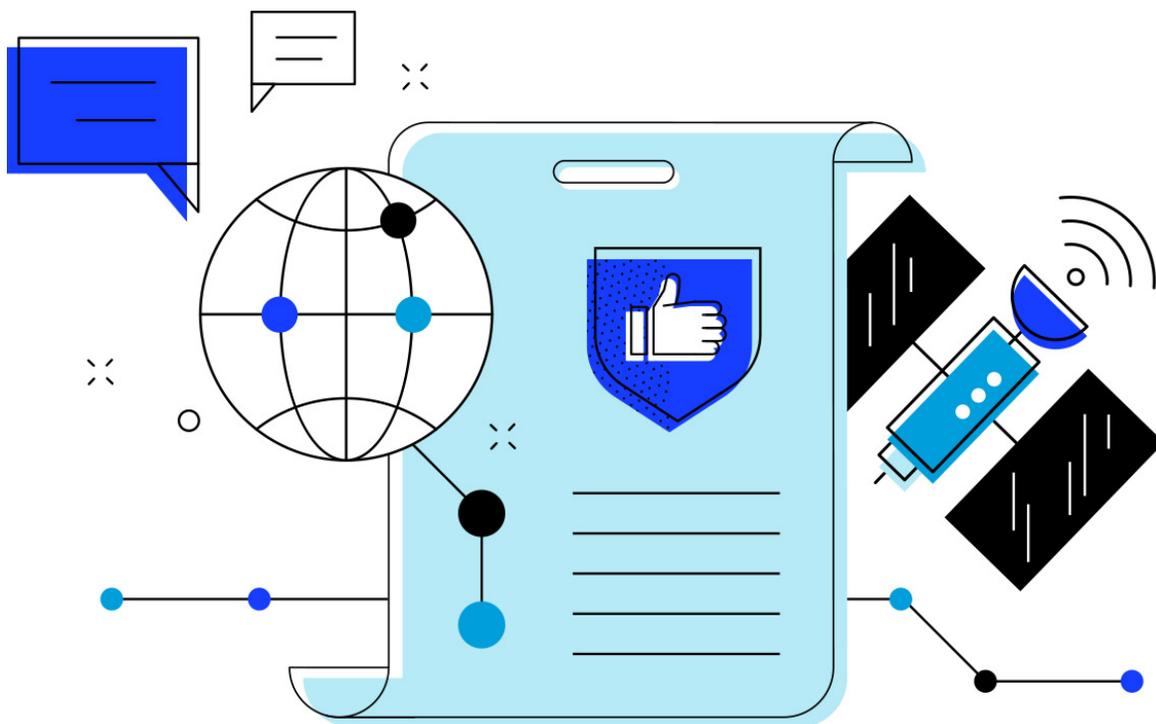
d. Use IA de maneira ética. Estabeleça políticas robustas para o uso ético de tecnologias de IA, incluindo a rotulagem clara de materiais gerados ou mediados por IA ao publicá-los ou transmiti-los. Isso inclui informações nos metadados que identifiquem esse conteúdo como gerado ou mediado por IA.



e. Desenvolva publicidade transparente e responsável em termos de direitos humanos. Tome medidas para garantir que a publicidade não gere riscos aos espaços de informação. Distinga claramente entre notícias, opinião e conteúdo patrocinado e garanta a transparência quanto ao financiamento de artigos de opinião e potenciais conflitos de interesse. Marque claramente toda publicidade paga e gerada ou mediada por IA e conteúdo publicitário. Forneça relatórios transparentes sobre fontes de receita publicitária e políticas e práticas de publicidade claras e acessíveis.



f. Respeite as normas trabalhistas. Estabeleça condições de trabalho alinhadas com o direito internacional do trabalho e dos direitos humanos e priorize iniciativas que ajudem a garantir o bem-estar e a segurança de jornalistas, inclusive em espaços digitais, e preste atenção específica à discriminação, ao abuso, ao assédio e a ameaças de violência contra mulheres jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação.



Pesquisadores e sociedade civil

Pesquisadores e organizações da sociedade civil são fundamentais nos esforços para compreender e abordar os impactos multifacetados dos riscos para a integridade do ecossistema de informação. Os seus esforços podem ajudar a expor riscos aos espaços de informação, fortalecer a base de evidências para defender os direitos e promover a

resiliência, em particular para grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização.

As parcerias colaborativas e o intercâmbio de conhecimentos são essenciais para diminuir a lacuna entre os conhecimentos da investigação e as soluções eficazes.

Recomendações



a. Colabore. Estabeleça parcerias com partes interessadas em todas as geografias e contextos para compartilhar abordagens eficazes e éticas para fortalecer a integridade do ecossistema de informação.



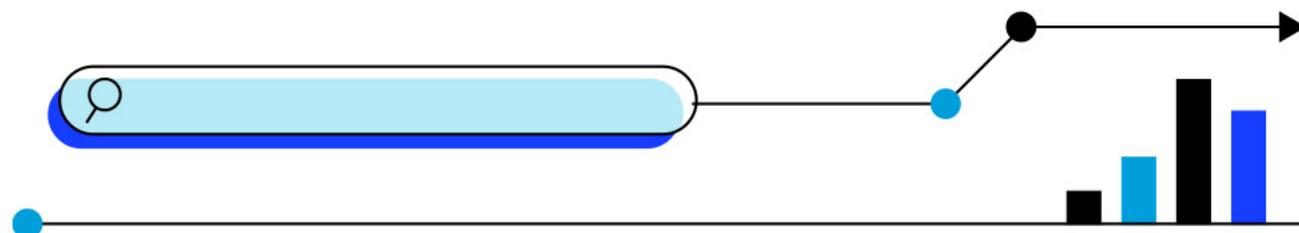
b. Mantenha a integridade e os padrões éticos. Defenda os direitos humanos e abstenha-se de espalhar ou patrocinar intencionalmente riscos à integridade da informação. Conduza todas as pesquisas de maneira ética, transparente e consciente da privacidade.



c. Promova o acesso aberto. Crie iniciativas de acesso aberto, disponibilizando gratuitamente a investigação, promovendo a colaboração entre disciplinas.



d. Fortaleça a pesquisa inclusiva. Explore pesquisas multidisciplinares sobre o ecossistema de informação em todas as geografias, línguas e áreas temáticas, incluindo o impacto potencial dos riscos para a integridade da informação nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com especial atenção sobre as comunidades e os contextos pouco estudados, vulneráveis e marginalizados. Desenvolva metodologias rigorosas para medir esses riscos e danos relacionados.

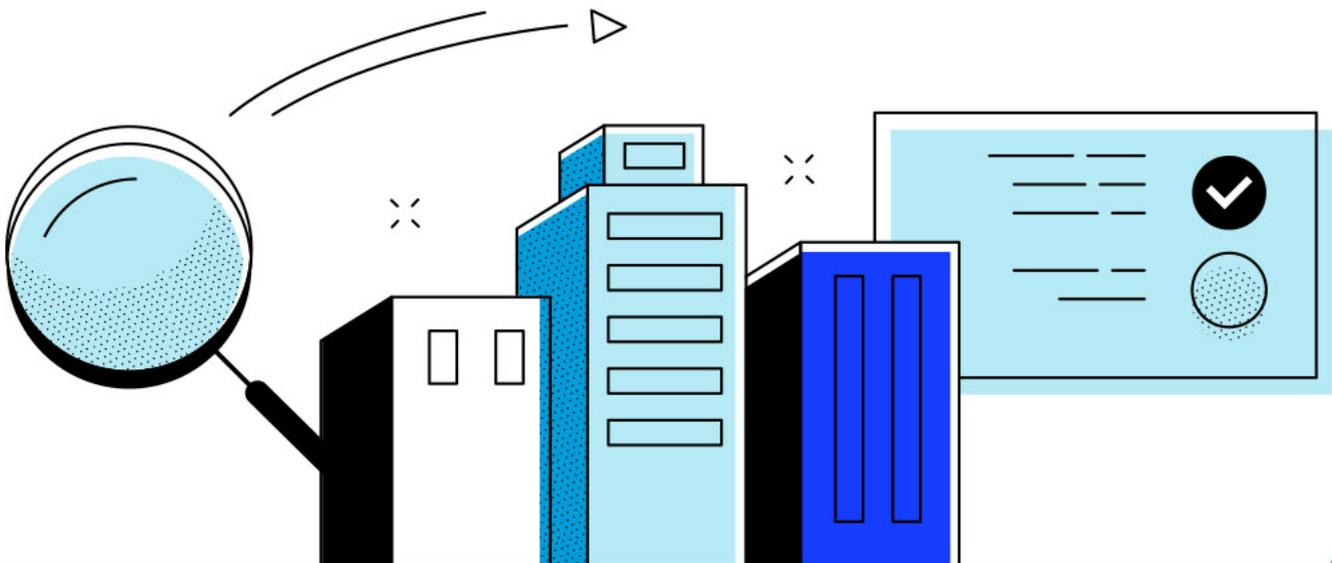




RECOMENDAÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES DE VERIFICAÇÃO DE FATOS E REDES

a. Mantenha padrões profissionais. Comprometa-se com o profissionalismo e a ética e adote os padrões de independência, apartidarismo e transparência presentes na composição e governança organizacionais, fontes de financiamento, propriedade e práticas de trabalho.

b. Divulgue o financiamento. Tome medidas para divulgar publicamente as fontes de financiamento e qualquer colaboração com as partes interessadas, como empresas de tecnologia, meios de comunicação e organizações da sociedade civil.



Estados

Os Estados assumem a responsabilidade indispensável de fortalecer os Princípios Globais para a Integridade da Informação. Isso começa com as obrigações do Estado de respeitar, proteger e promover os direitos humanos, em particular o direito à liberdade de expressão, incluindo o direito de procurar, receber e transmitir informações.

Os Estados desempenham um papel central na formação de espaços de informação devido à sua autoridade legal e reguladora, ao controle sobre os recursos públicos e à capacidade de construir coligações nacionais e internacionais, entre outros fatores. Como parte das suas obrigações em matéria de direitos humanos, os Estados devem proteger contra abusos dos direitos humanos no seu território e/ou jurisdição por parte das empresas, tomando medidas adequadas para prevenir, investigar, punir e reparar tais abusos por meio de políticas, legislação, regulamentos e adjudicação eficazes.

Os Estados têm diferentes capacidades técnicas e financeiras ao interagir com o ecossistema de

informação. Lacunas nas infraestruturas e no acesso à tecnologia e aos recursos financeiros contribuíram para uma exclusão digital. Ao mesmo tempo, muitas grandes empresas tecnológicas, embora consigam uma penetração e um domínio quase globais no mercado, estão sediadas num pequeno número de países do hemisfério norte.

Para garantir que todos os Estados possam contribuir e se beneficiar do ecossistema de informação, são necessárias iniciativas urgentes e sustentadas para aumentar a capacidade dos Estados de expandir a conectividade digital, evitar proativamente o potencial surgimento de uma “divisão de IA” e reforçar as suas capacidades para enfrentar de maneira adequada os riscos nos espaços de informação, respeitando simultaneamente os direitos humanos. Em última análise, esses esforços reforçarão a integridade da informação, promoverão os direitos humanos e contribuirão para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Recomendações



a. Respeite, proteja e promova os direitos humanos. Respeite, proteja e promova os direitos humanos, em particular o direito à liberdade de expressão e de opinião, incluindo o direito à informação, com base nos padrões e normas internacionais de direitos humanos. Garanta que a regulamentação ou outras medidas implementadas para abordar os vários elementos da integridade da informação cumpram o direito internacional aplicável, incluindo o direito internacional dos direitos humanos, com plena participação da sociedade civil, fazendo parte de um esforço mais amplo para fortalecer os direitos humanos e estabelecer confiança. Garanta que as restrições ao direito à liberdade de expressão sejam excepcionais e, quando forem impostas restrições, cumpram os requisitos da lei internacional dos direitos humanos, ou seja, estejam previstas na lei e necessárias para a proteção dos direitos ou da reputação dos outros, ou de

segurança nacional, ordem pública, saúde ou moral pública, e cumpra com os princípios de proporcionalidade. Garanta que as restrições não sirvam, na prática, para sufocar a liberdade de expressão. Adote e aplique eficazmente proteções à privacidade dos dados pessoais que sejam consistentes com a lei internacional, incluindo a lei internacional dos direitos humanos.



b. Salvguarde a integridade. Abstenha-se de conduzir ou patrocinar operações de informação, a nível nacional ou transnacional, que espalhem deliberadamente desinformação ou usem o discurso de ódio. Evite qualquer forma de interrupção ou limitação da Internet. Defenda e implemente as resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluindo as relativas à proteção das operações de paz das Nações Unidas contra riscos para a integridade do ecossistema de informação que afetem a implementação do mandato.



C. Proteja as populações. Reafirme e redobre os esforços para garantir na lei e na prática a proteção e a capacitação de grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização que são frequentemente visados em espaços de informação on-line e offline, como mulheres ou indivíduos LGBTQ+ ou grupos étnicos ou religiosos minoritários, ao mesmo tempo em que abordam necessidades e direitos específicos de crianças. Cumpra a obrigação prevista na lei internacional dos direitos humanos de proibir por lei a propaganda de guerra ou a defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência.



d. Forneça acesso à informação. Forneça acesso oportuno a informações de propriedade pública, sem discriminação – inclusive para a mídia de notícias – em todos os idiomas e formatos que sejam compreensíveis e utilizáveis para todas as pessoas, ao mesmo tempo em que promova o acesso para comunidades carentes. Garanta o acesso a informações confiáveis e precisas em situações de crise. Adote práticas de comunicação éticas e confiáveis para envolver proativamente as comunidades e gerar confiança nas instituições públicas.



e. Garanta a liberdade dos meios de comunicação. Garanta, proteja e promova um ambiente de comunicação social livre, viável, independente e plural, tomando medidas robustas para salvaguardar jornalistas e profissionais da comunicação social e verificadores de fatos, com especial atenção às mulheres e aos membros de grupos em situações vulneráveis e marginalizadas, contra todas as formas de discriminação, abuso, assédio e ameaças de violência. Respeite e proteja na lei e nas políticas os direitos de criadores de conteúdos digitais e de jornalistas cidadãos.



f. Proteja pesquisadores e a sociedade civil. Proteja os acadêmicos e a sociedade civil contra intimidação, assédio ou ações retaliatórias, respeitando a liberdade acadêmica.



g. Forneça transparência. Forneça total transparência em relação aos requisitos e às solicitações de dados feitos a empresas de tecnologia e organizações de mídia. Tome medidas para tratar táticas de lobby não transparentes e enganosas e conflitos de interesse entre empresas de tecnologia e formuladores de políticas que prejudicam a integridade das informações, como práticas de contratação antiéticas e incentivos financeiros.



h. Reforce a solidariedade global, o desenvolvimento de capacidades e a ajuda ao desenvolvimento. Envolver-se em colaborações e parcerias entre países para apoiar a capacitação para fortalecer a integridade da informação e aumentar a resiliência aos riscos para os espaços de informação, em particular nos países em desenvolvimento. Aloque recursos financeiros, com total transparência, para treinamento e capacitação em programas de letramento e conscientização digital, informativa e midiática, inclusive em tecnologias de IA, em todos os idiomas. Apoie os países em desenvolvimento nos esforços liderados a nível nacional para criar resiliência social aos riscos para a integridade do ecossistema da informação, realizar uma formação sólida em matéria de letramento midiático e informacional e reforce os meios de comunicação de interesse público, nomeadamente através de assistência dedicada e adequada ao desenvolvimento. Apoie o trabalho das instituições públicas, incluindo bibliotecas, na melhoria do acesso à formação e aos recursos.



i. Promova a participação política. Protect the access of all electoral stakeholders to accurate and timely information throughout electoral processes. Take measures to promote inclusive political participation and leadership and to uphold the rights of women in public life, including protection from all forms of discrimination, abuse, harassment and threats of violence.



j. Priorize pesquisas inclusivas e de interesse público. Priorize, invista e apoie pesquisas independentes que cumpram padrões éticos e revisem todas as disciplinas relacionadas à integridade da informação, inclusive à luz das capacidades e aos impactos emergentes e ainda desconhecidos das tecnologias de IA. Apoie pesquisas realizadas em diversas regiões, idiomas e áreas temáticas, incluindo o impacto potencial dos riscos à integridade do ecossistema de informação nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, concentrando-se particularmente em comunidades e contextos mal atendidos, pouco pesquisados e em risco. Promova e divulgue o acesso aberto aos resultados da investigação para permitir o compartilhamento equitativo de informações dentro e entre os países.



k. Promova o letramento. Promova um discurso público crítico e informado através de meios de comunicação direcionados e incentivos do letramento informacional, integrando perfeitamente as competências digitais nos currículos de educação formal e informal desde a

infância . Melhore ativamente a compreensão e a conscientização do público, inclusive entre as crianças, sobre os direitos on-line, como funcionam os ambientes de informação digital e como os dados pessoais são usados, levando em consideração as necessidades sociais, culturais e linguísticas específicas de todas as pessoas de todas as idades e origens. Priorize as necessidades de letramento de indivíduos e grupos em situações vulneráveis e marginalizadas, incluindo mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e os bilhões que estão prestes a entrar on-line. Empreenda esforços de letramento em torno de problemas específicos relacionados às tecnologias de IA e atualize continuamente os esforços de alfabetização para refletir tecnologias e desafios novos e emergentes.



I. Capacite crianças, pais, responsáveis e educadores. Forneça recursos contínuos para crianças, pais, responsáveis e educadores sobre ter o comportamento digital seguro e responsável, navegar nos meios de comunicação on-line e compreender os direitos das crianças à liberdade de expressão e informação. Envolver todas as partes no desenvolvimento de diretrizes e iniciativas de alfabetização digital e midiática para experiências on-line mais seguras, aproveitando ao mesmo tempo a fluência digital dos jovens.



RECOMENDAÇÕES PARA TODOS OS ATORES POLÍTICOS

Indivíduos, grupos e entidades envolvidas e influenciando processos políticos

a. Mantenha a integridade eleitoral. Abstenha-se e denuncie publicamente os esforços para minar a integridade da informação, incluindo a elegibilidade dos eleitores, sondagens, contagem de votos e resultados.

b. Proteja a inclusão. Denuncie publicamente e tome medidas para lidar com abusos e assédio contra candidatos e funcionários públicos, especialmente mulheres e membros de grupos em situações vulneráveis e marginalizadas.

c. Ofereça transparência. Mantenha a transparência nas comunicações, incluindo as fontes de financiamento para anúncios e o uso de técnicas de segmentação baseadas em dados.

As Nações Unidas

Os Princípios Globais para a Integridade da Informação aplicam-se às Nações Unidas e aos seus funcionários públicos internacionais. Ao aderir aos Princípios Globais, a Organização dá um exemplo convincente de gestão responsável da integridade da informação na comunidade global.

A intensificação de seu trabalho para fortalecer a integridade do ecossistema de informação contribuirá para o avanço da missão da Organização de garantir a paz, promovendo o desenvolvimento sustentável e a promoção e a proteção dos direitos humanos para todas as pessoas.

As Nações Unidas irão



a. Aumentar os esforços. Intensificar os esforços para fortalecer a integridade da informação, inclusive através de investigação específica do contexto, monitoramento, avaliação de riscos, envolvimento comunitário e estabelecimento de coligações em diversos contextos e línguas. Integrar a integridade da informação em programas e operações para melhorar a prevenção, a mitigação e a resposta e identificar oportunidades e desafios emergentes.



b. Apoiar iniciativas de capacitação. Ajudar na capacitação nos Estados, oferecendo iniciativas de desenvolvimento de competências, incluindo formação para jovens, para auxiliar o fortalecimento da integridade da informação, com especial atenção às necessidades dos países em desenvolvimento.



c. Empreender a defesa dos direitos. Promover e defender os Princípios Globais a nível mundial e entre países e comunidades, com especial atenção para contextos e grupos mal servidos em situações de vulnerabilidade e marginalização. Contribuir ativamente para a coesão social e reforçar a resiliência das comunidades aos riscos para a integridade da informação, apoiando os esforços para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



d. Aumentar a capacidade dedicada. Estabelecer uma unidade central no Secretariado das Nações Unidas para desenvolver abordagens inovadoras e diferenciadas para abordar os riscos para a integridade do ecossistema de informação que afetam a execução do mandato das Nações Unidas e as prioridades substantivas, coordenando-se com outras capacidades e servindo todo o sistema das Nações Unidas, conforme necessário.



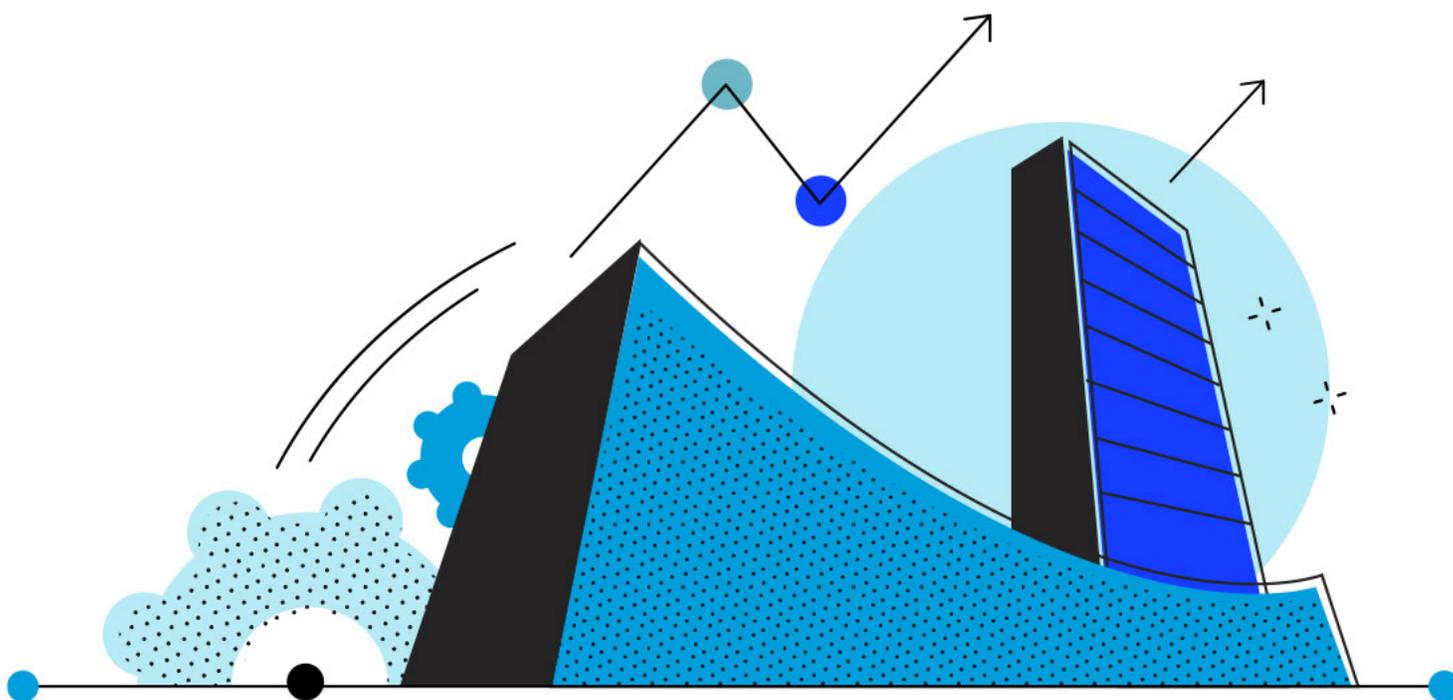
e. Desenvolver estratégias de comunicação ágeis. Fazer uso de estratégias de comunicação inovadoras, baseadas em evidências e ágeis, além de personalizadas, utilizando espaços de informação digitais e off-line para o bem comum e para melhor atender às necessidades de todas as pessoas que as Nações Unidas servem.



f. Fornecer recursos multilíngues. Estabelecer um hub de recursos da integridade de informação on-line multilíngue com pesquisa compartilhada, orientação e melhores práticas aplicáveis a diversos contextos para apoiar iniciativas nos níveis global, regional e nacional.



g. Apoiar planos de ação multissetoriais. Apoiar planos de ação e coalizões multinacionais regionais e nacionais de partes interessadas, utilizando os mecanismos existentes e recorrendo aos conhecimentos e à experiência da Organização no desenvolvimento de capacidades internacionais e coordenação.



Próximos passos

A urgência de reforçar a integridade da informação não pode ser exagerada face aos riscos crescentes para a integridade do ecossistema da informação e à emergência de avanços prontamente disponíveis nas tecnologias de IA. Os Princípios Globais oferecem

uma estrutura holística e unificada de ação para proteger e promover a integridade da informação à medida que o mundo navega pelas complexidades da era digital e procura encontrar soluções multilaterais na Cúpula do Futuro.

Para isso, as partes interessadas são instadas a:

- ✓ Publicamente **comprometer-se, adotar e divulgar** ativamente os Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da informação como estrutura para ação imediata.
- ✓ Usar os Princípios Globais para formar e participar ativamente de **amplas coalizões intersectoriais sobre integridade da informação**, reunindo diversos conhecimentos e abordagens, inclusive para a capacitação, da sociedade civil, da academia, da mídia, do governo e do setor privado internacional, e garantindo envolvimento pleno e significativo dos jovens, por exemplo, através de grupos consultivos dedicados aos jovens.
- ✓ Colaborar para desenvolver planos de ação **de múltiplas partes interessadas** nos níveis regional, nacional e local, envolvendo as comunidades para apoiar e aprender com as iniciativas de base e garantindo o envolvimento pleno e significativo dos jovens.

Ao adotar os Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação, as partes interessadas de todos os setores podem demonstrar solidariedade e, de forma colaborativa, abrir caminho para um ecossistema de informação revigorado que promova a confiança, o conhecimento e a escolha individual para todas as pessoas.

Apêndice

RECURSOS

1. O documento político 8 do Secretário-Geral das Nações Unidas, “Our Common Agenda policy brief 8: information integrity on digital platforms” (2023)

<https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-information-integrity-pt.pdf>

2. Diretrizes da UNESCO para a Governança de Plataformas Digitais (2023)

<https://www.unesco.org/en/internet-trust/guidelines>

3. Relatório do Secretário-Geral, “Countering disinformation for the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms”, 2022 (A/77/287) <https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-03/NV-disinformation.pdf>

4. Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial (2021)

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137>

5. Estratégia das Nações Unidas e Plano de Ação para o discurso ao ódio (2019)

www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf

6. Plano de ação de Rabat sobre a proibição da defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência (2012)

<https://www.ohchr.org/en/documents/outcome-documents/rabat-plan-action>

7. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (2011) https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/guidingprinciplesbusinessshr_en.pdf